

OS ZORÓ E OS "BRANCOS"

QUANTO CUSTA SER ÍNDIO NO BRASIL

Os zoró (também conhecidos regionalmente como "Os Cabeças Secas") são índios de grupo Tupi-Mondé, assim como os Surui, os Gavião, os Cinta Larga, os Arara, os Aruá e os Aruashi (este último provavelmente extinto). Este povo, como já mostramos na edição anterior, habita uma área no extremo Noroeste do Mato Grosso, fronteira com o estado de Rondônia. A área atual ocupada pelos Zoró, delimitada por um decreto da Presidência da República em 19 de abril de 1978 (Decreto nº. 81.578), limitada a oeste pelo Rio Branco, a leste pelo Rio Roosevelt, ao sul pelo Rio Catorze de Abril e ao norte por uma linha imaginária que parte de um afluente do Rio Branco em direção ao Rio Roosevelt, na altura do Igarapé Tiroteio.

As primeiras notícias desses índios são de 1968, quando um sertanista, do então Serviço de Proteção ao Índio (atual FUNAI) Francisco Meirelles, registrou a existência de algumas aldeias Zoró, quando sobrevoava a região. Nessa ocasião, aparecem os primeiros brancos nas terras desses índios, à procura de borracha e ouro. O primeiro contacto com agentes do Estado brasileiro se dá a partir de outubro de 1977. No ano seguinte a FUNAI promove a vacinação de cerca de 400 índios. Sete anos depois, em 1985, a população Zoró, é estimada em pouco menos de duzentos índios.

As informações de que dispomos sobre este povo são, até hoje muito escassas e imprecisas. Os Zoró são praticamente desconhecidos por nós. O que se sabe, entretanto, é que esse povo passa por um acelerado processo de descaracterização cultural a partir do contacto. Em junho de



74
Campo de índios Zoró

1978, são atraídos para o Posto Indígena Lourdes onde sofrem o assédio dos missionários da instituição norte-americana "New Tribes" (Missão Novas Tribos). Nesta ocasião se dá o desaparecimento de muitos aspectos de sua cultura tradicional. No início dos anos 80, a FUNAI começa a implantar um programa de roças comunitárias de grande porte. Esta atividade acaba provocando uma mudança profunda na vida social e um abandono progressivo de suas práticas econômicas tradicionais. Esta interferência vem acompanhada de muitas outras. Em menos de dez anos de contacto, os Zoró, que viviam isolados na floresta, com uma economia tradicional baseada sobretudo na caça e na coleta, mo-

rando em malocas coletivas adequadas às suas formas de organização social e parentesco, e preservando valores e práticas de uma cultura milenar, hoje trabalham diariamente e de sol a sol em roça organizadas pela FUNAI, não decidem mais o que plantar, o que colher, o que comer, morar em pequenas cabanas de tipo regional, e, aos domingos, quando são liberados do trabalho, dirigem-se a um pequeno templo localizado no interior da aldeia, onde participam dos cultos e dos rituais importados pelos missionários norte-americanos.

Todas essas interferências na vida social são efetuadas sem uma reflexão cuidadosa de suas consequências para a comunidade. Assim, no final da década de 70, uma estrada foi construída dentro da área Zoró, cortando a

região, de sul a leste, embora já existisse um Decreto Federal interditando-a. Esta estrada, permitiu, pouco a pouco, o estabelecimento de invasões numa vasta região do território Zoró. Até o contacto, ocorrido a menos de dez anos, quando os Zoró eram fundamentalmente caçadores, viviam perambulando por suas terras à procura de alimentos. Essas expedições de caça também permitiram que os Zoró vigiassem seu território e impedissem a entrada e a permanência de invasores. Com a implantação das grandes roças, com a fixação dos índios na aldeia e com toda a série de mudanças na vida social desse povo, a tarefa de proteção de seu território tradicional ficou muito difícil, e mesmo, em muitos períodos, impossível. A estrada, construída em plena área Zoró, serviu como porta de entrada para 76 invasões, até janeiro de 1985. Um ano depois, o número de invasões cresceu em torno de 700. Hoje já se fala em cerca de duas mil.

Os Zoró vivem atualmente um momento dramático de sua histó-

ria, depois de nove anos de contacto com os assim chamados "brancos". Assistiram, em muito pouco tempo a uma avalanche de interferências em sua vida tradicional e viram morrer dois terços de seus parentes. A população Zoró, antes do contacto, foi estimada oficialmente em cerca de 600 pessoas. Hoje, como se sabe, tem-se notícias apenas de duzentos índios. As sucessivas epidemias, trazidas com o contacto, foram responsáveis por essa alarmante taxa de natalidade nos últimos tempos. Os índios encontram-se hoje bastante conscientes de seu drama, e estão dispostos a lutar em defesa de suas terras e de seu povo.

Os riscos de conflito armado entre os índios e os invasores de seu território são eminentes de consequências imprevisíveis.

A questão dos Zoró não é um caso isolado, mas insere-se num contexto mais amplo das relações entre a sociedade brasileira e as muitas sociedades indígenas existentes no país. Os assim chamados "civilizados" vêm, ao longo de quatro séculos destruindo impiedosamente os povos indígenas que habitam em nossas terras desde tempos imemoriais, e ainda as outras formas de vida como a fauna e a flora nativa. Estamos, pouco a pouco, construindo um deserto, vazio de natureza e de gente. Sonhamos com um futuro melhor, que nunca virá enquanto persistirem em destruir o nosso presente. Os Zoró, assim como todas as outras sociedades indígenas existentes em nosso país, são hoje povos ameaçados por nós. Vivemos num mundo cada vez mais marcado pela violência, pelas guerras, pela fome, pelas doenças. Cada sociedade que desaparece representa uma esperança a menos. A diversidade entre as culturas aponta sempre para soluções alternativas para os problemas comuns aos seres humanos. Os Zoró tem o legítimo direito de viver em suas terras e esse direito não se funda apenas no critério de utilidade (afinal, os Zoró são donos de suas terras há centenas e centenas de anos), mas sobretudo num critério de dignidade: Afinal, são seres humanos e ainda há espaço para todos no planeta.